

Palavra da Diretoria

Desta vez, o **ABRELIVROS em Pauta** traz uma entrevista exclusiva sobre a Base Nacional Comum Curricular com a educadora Guiomar Namó de Mello, presidente da Escola Brasileira de Professores e consultora do MEC. Continuamos acompanhando as discussões da BNCC com muita atenção e estamos abertos a sugestões de temas para nossa publicação.

Mais uma vez somos parceiros do Prêmio Professores do Brasil, realizado pelo MEC, com o objetivo de reconhecer, divulgar e premiar o trabalho de professores de escolas públicas que contribuem para a melhoria dos processos de ensino e aprendizagem desenvolvidos nas salas de aula. Ainda dá tempo de se inscrever pois as inscrições terminam dia 25 de agosto. Além da premiação, é uma excelente oportunidade para os professores refletirem sobre suas práticas, garantindo o aprimoramento de seu trabalho na sala de aula para melhorar a qualidade de nossa educação. A ABRELIVROS apoia essa iniciativa porque entende como fundamental valorizar o papel dos professores como protagonistas no processo formativo das novas gerações, além de dar visibilidade às experiências pedagógicas de sucesso que podem ser compartilhadas e aprimoradas ainda mais. A constante busca da qualidade da educação deve ser um compromisso de todos nós. Mais informações no [site](#).

Espaço Aberto

A implantação da BNCC é uma tarefa para vinte anos

Nesta edição, a entrevista é com a educadora **Guiomar Namó de Mello**, membro do Conselho Estadual de Educação de São Paulo e consultora da Secretaria Executiva do MEC para a finalização da Base Nacional Comum Curricular da Educação Básica e para a definição da política nacional de formação de professores. Formada pela USP e mestre e doutora em Educação pela PUC, Guiomar foi secretária municipal de Educação de São Paulo, deputada estadual, consultora em educação do Banco Mundial e do BID, em Washington-DC, diretora

Como avalia o processo de implantação da Base, inclusive comparando com outros países?

O Brasil, por sua organização política, teve de optar pelo caminho mais complexo. Países como Inglaterra, Chile, França, Uruguai, são países unitários e não federativos. A questão curricular não passa por outras autonomias, a não ser a do governo central. Os Estados Unidos constituem um país mais parecido com o nosso. São 50 estados autônomos, mas optaram por um sistema bem mais simples. O *Common Core* tem apenas Língua Inglesa e Matemática e os padrões deles não são tão detalhados quanto os nossos, que abrangem as competências, temas, objetivos de aprendizagem, habilidades etc. Temos uma organização federativa como os Estados Unidos, e estamos fazendo um currículo tão detalhado quanto o do Chile, por exemplo. Por isso, nosso caso é mais complicado. É a primeira vez que se realiza essa construção no Brasil. Mas, se olharmos de perto, também nos Estados Unidos há conflitos por todos os cantos com o *Common Core*. Há problemas com os livros, com as avaliações, com a política.

E a experiência da Austrália?

A Austrália tem uma experiência e um cenário parecidos com os nossos, também é um país federal, mas um federalismo bem mais simples, com menos unidades. É um país mais amadurecido, parece que eles não tiveram tantos problemas como nós estamos tendo. Esse movimento pela educação está ocorrendo em vários países, inclusive na própria França, que tem um sistema de ensino amadurecido, com uma tradição forte, e que se preocupa com o desafio da tecnologia. Hoje há novas demandas, a sociedade é mais complexa e heterogênea, mais consciente da sua própria diversidade. O currículo se tornou globalmente um campo muito importante para se construir pactos e chegar a consensos sobre o que o cidadão precisa saber para se inserir nesse mundo difícil em que estamos vivendo.

E os nossos desafios?

É surpreendente que a BNCC tenha sobrevivido a todos os sobressaltos políticos. Ela começa no governo do PT, em 2014, tem uma primeira versão em 2015, uma segunda versão em 2016, que avançou com correções. Depois veio a mudança de governo, o *impeachment* da presidente Dilma, a troca no comando do MEC. A equipe do Ministério, com Maria Helena Guimarães de Castro à frente, retomou a Base e continuou trabalhando para fazer uma terceira versão que é essa que finalmente foi entregue ao CNE. Parte da segunda versão foi aproveitada, mas várias coisas foram ressignificadas. Essa terceira versão é um compromisso, e provavelmente vai tramitar pelo CNE com conflitos.

Os conflitos já eram esperados?

Já apareceram na primeira audiência realizada pelo CNE com as minorias. Como as pessoas ainda não entendem a diferença entre Base e Currículo, elas não se sentem contempladas. As comunidades indígenas, por exemplo, contestaram que suas línguas nativas não estavam na BNCC, porque ela contempla o que é comum a todos que é a Língua Portuguesa. A Base não proíbe que se ensine e se alfabetize em outras línguas, desde que a Portuguesa seja aprendida. O ensino de outras é uma opção dos currículos estaduais, municipais ou até mesmo das escolas. As comunidades indígenas podem ter seus próprios currículos com conhecimentos aderentes à sua própria identidade, só não podem deixar de ensinar a Língua Portuguesa.

E que outros problemas existem?

O grupo GLBT quer que fique explícita a questão do gênero, enquanto há um outro grupo que não quer que se faça nenhuma menção a esse tema. Já era esperado o conflito, por isso é necessária uma coordenação, ouvir com paciência, respeitar e acatar o que for possível. Eu acho que esse entendimento está começando a acontecer. Dessa forma a questão da cultura indígena, mais especificamente de suas identidades linguísticas, vai ter um registro especial na introdução geral do documento da BNCC. Foi importante ter ouvido a manifestação em Manaus, reconhecendo que existem as línguas nativas que são até mais antigas que o português em nosso território. Mais difícil é acatar o que o grupo GLBT quer, porque tem um movimento contrário forte. Seria entrar num conflito sem necessidade, principalmente porque está na terceira versão o respeito pela etnia, pelo gênero, pela orientação sexual, pela criança com necessidades especiais. Nacionalmente não vai dar para contemplar tudo.

Temos que buscar o que é comum, daí vem o adjetivo comum da Base, na qual todo cidadão brasileiro deve se sentir contemplado, mas que ao mesmo tempo não vai reconhecer tudo de cada um. Nosso país tem muitas diferenças, mas a Língua Portuguesa é o nosso traço de união.

Nosso conhecimento de Ciências, História e Geografia também é um traço comum. Os princípios estão presentes independentemente do local, mas cada região deve contextualizar, adaptando para a sua realidade. Essa equação não deveria ser o inverso e o unitário é que é fantástico, não deveria ser um objetivo e o ritmo veloz observado nas outras áreas do conhecimento. Durante um dia inteiro, especialistas, educadores, pesquisadores e estudantes debateram-se sobre essa questão no *Educação 360* Tecnologia, realizado no Museu de Arte e Cultura e Extra, com patrocínio de Petrobras, Fundação Telefônica Vivo e Somos Educação/Colégio pH. Durante o encontro, Alex Pinheiro, sócio e diretor digital da Somos Educação/pH valorizou a importância do diálogo entre a iniciativa privada e pública no campo da Educação.

Esse preparo envolve muitos atores, não é mesmo?

Sim, é essencial preparar todas as pessoas envolvidas nesse processo. Preparar o pessoal que produz o livro didático, o conteúdo para a web, os docentes das universidades para formar bons professores, os gestores e as ONGs que hoje têm um protagonismo grande. São atores que têm contribuído e que têm direito de participar e contribuir ainda mais, desde que reconheçam que há um projeto maior de Nação na implementação da BNCC.

Estamos diante de uma tarefa muito complexa?

Essa é uma tarefa para vinte anos. É com essa perspectiva que podemos dimensionar o processo corretamente. O país voltando a crescer, o que significa contar com mais recursos, teremos melhores condições de fazer um planejamento mais estratégico e de longo prazo. Mas para isso os programas implementados devem ter garantia de sustentação. Temos que apostar que a situação em 2018 apresente um mínimo de estabilidade política e de esperança econômica para que os bons gestores aproveitem essas condições.

Como avalia a possibilidade de alterações na terceira versão da Base no âmbito do processo e das discussões em andamento no CNE?

É muito difícil dar uma resposta para essa pergunta, estamos no meio de um processo com um equilíbrio instável. Considerando essa incerteza atual, podemos dizer que existem questões a serem vistas em Língua Portuguesa, no que se refere ao Ensino Fundamental. O MEC acredita que o CNE vai trabalhar nessas questões, mas não sei se será profunda essa alteração, eu acredito que não. Existe também esse problema das minorias, algumas demandas que serão atendidas e outras não. Quem vai atuar nisso é o Conselho, mas ao mesmo tempo o ministro é que tem de homologar o trabalho do CNE, para que ele se torne uma norma nacional.

executiva da Fundação Victor Civita e *publisher* da revista *Nova Escola*. Com toda essa experiência, ressalta o valor e a importância do livro didático na implantação da Base: "O livro didático pode ajudar a fazer a contextualização necessária para transformar a Base Nacional Comum num currículo. Não é a única coisa, mas acho que pode ser uma contribuição importante. O Livro do Professor é uma boa possibilidade de as editoras contribuírem para atenuar o problema da formação dos professores. Os autores também vão precisar passar por uma nova formação para fazer livros direcionados para essa nova aprendizagem". Acompanhe a íntegra da entrevista.

O que mais poderá ser alterado?

Há no CNE restrições às competências, no entanto, esse conceito é a expressão real dos direitos de aprendizagem. Não se pode apenas declarar o direito de aprendizagem, há que objetivar-lo em competências para que seja um resultado avaliável. Há críticas apontando que o correto seria usar objetivos de aprendizagem em vez de usar a expressão habilidades. Só que a habilidade é o que se expressa no comportamento do aluno, é observável. É difícil que isso seja alterado, porque faz parte dos fundamentos pedagógicos da Base. Há também questões a serem vistas em Educação Infantil. Entendo, porém, que fundamentos e estrutura não devem ser alterados, senão vai ser preciso mexer em tudo. A estrutura está toda montada e tem uma progressão das aprendizagens envolvidas.

Quais são os maiores desafios na implementação da BNCC?

A grande dificuldade é o material humano, o professor, o formador do professor. Estou colaborando agora com as adaptações que devem ser feitas nos currículos dos professores para atender o que está previsto na Base. Se está previsto na Base que o aluno tem que aprender eletromagnetismo na sétima série, precisamos garantir que esse professor vai saber o que é eletromagnetismo e que sabe como deve ensinar. Para isso acredito que deve ocorrer um diálogo intenso com as instituições de formação, considerando as diferenças entre as públicas e as privadas. A maioria dos professores vem das instituições privadas, mas a maioria dos formadores passa pelas instituições públicas fazendo mestrados e doutorados.

Esse diálogo já começou?

Em São Paulo, sim, porque já vínhamos há algum tempo discutindo as licenciaturas e os cursos de Pedagogia. O Conselho Estadual de Educação, complementando as normas nacionais, propôs que o professor tem que saber os conteúdos que vai lecionar. Isso é importante. Os cursos de Pedagogia formam os professores para a maior parte da Educação Básica, que começa na creche e termina no quinto ano. Esse é um professor que a partir da Educação Infantil vai ensinar todos os componentes previstos na Base: Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, História, Geografia, Artes e Educação Física. Se o professor muitas vezes não tem conhecimento de História? A mesma coisa com o professor de Matemática, que vai ter que ensinar conteúdos mais complexos no quarto ou quinto ano. Se ele não sabe Matemática, como vai ensinar? Esta proposta de recuperar o conhecimento não aprendido na Educação Básica é mal recebida pelos docentes dos cursos de Pedagogia, principalmente nas universidades públicas. Mas é preciso atuar sobre isso, porque quando se olha os resultados do Saeb, do Ensino Médio, não mais de 20% dos que se formam sabem Matemática. E, com certeza, os 20% que sabem não são os que vão para os cursos de formação de professores. Posso afirmar que a grande maioria dos indivíduos que faz vestibular para Pedagogia não sabe Matemática. Como ele vai aprender a dar aula de Matemática? Temos que garantir que o professor domine o conteúdo e a metodologia para ensiná-lo.

Em sua opinião, como seria possível atenuar esse problema?

É necessário haver um diálogo também com as editoras nesse processo. Talvez pensar em um livro com os componentes curriculares do Ensino Fundamental 1 que apresentasse essa complementação. O Livro do Professor é a possibilidade de as editoras contribuírem para atenuar esse problema. Poderiam fazer um Livro do Professor encorpado ou com outra forma de conteúdo – como conteúdo *online* –, que apresentasse subsídios ao professor, em dois sentidos: aprofundando e ampliando o domínio do conteúdo e promovendo o domínio pedagógico desse conteúdo para ensinar. Os autores dos livros didáticos também vão precisar passar por uma nova formação para fazer livros direcionados para essa nova aprendizagem. Seria recomendável uma interação entre os especialistas que trabalharam na BNCC e os especialistas que se dedicam a construir conteúdos didáticos para alunos e professores da educação básica. Há que ter paciência, provavelmente os próximos livros que serão licitados não estarão totalmente adaptados à Base, mas vai ser essencial fazer um trabalho para que daqui a um tempo isso realmente aconteça. Eu sempre defendi que o Livro do Professor poderia ser um instrumento importante de educação continuada, mas para isso ele tem que ir além do que o professor vai ter que ensinar.

Que sugestões você daria para aprimorar o livro do professor?

Eu sugeriria ao MEC alterar o edital, especificando mais objetivos e conteúdos do Livro do Professor. Por exemplo, toda parte de interdisciplinaridade e contextualização pode e deve ser trabalhada no Livro do Professor. Se o professor está dando em aula o problema da poluição da água, o Livro do Professor pode sugerir que o trabalho seja realizado a partir da situação real que existe no entorno. O professor deve estar preparado para saber lidar com as variáveis regionais, embora a habilidade trabalhada seja a mesma. A habilidade mostra o resultado final, mas não diz qual o caminho metodológico que deve ser percorrido, isso é do currículo e pode ser do livro didático também. O livro didático pode ajudar a fazer a contextualização necessária para transformar a Base Nacional Comum num currículo. Não é a única coisa, mas acho que pode ser uma contribuição importante. O país precisa também voltar a crescer. Enquanto tivermos prefeituras sem dinheiro até para pagar o salário, tudo fica mais difícil.

Nos Estados Unidos, ficou provado que a utilização dos materiais didáticos adequados foi fundamental para a implementação do Common Core. Como a senhora vê essa questão no Brasil, levando em conta o PNLD?

Eu acho que o Brasil tem os instrumentos para usar bem os recursos, que não são muitos, para colocar o melhor material possível nas mãos dos professores. E se nos Estados Unidos foi um fator importante, aqui deve ser muito mais, porque o nosso professor tem formação precária. Para os materiais de prática e o Livro do Professor, melhor será, desde que essa estruturação compartilhe os mesmos fundamentos pedagógicos da BNCC. É uma fórmula que teremos que encontrar, devem existir modelos no mundo inteiro. Nosso sistema de aquisição do livro poderia ser muito mais dirigido. E os livros teriam que trazer informação mais estruturada, com planos de aula, sequências didáticas, descrevendo como organizar situações de aprendizagem e como montar projetos. Esse último item vai ser fundamental para a metodologia que a Base induz, uma Pedagogia ativa, que se baseia em projetos. Entender essa indução vai ser importante para quem escreve livro didático.

Que outras dicas a senhora daria aos editores?

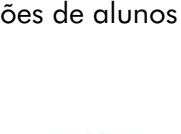
Pode ser pura utopia, mas seria interessante o livro didático trazer um encarte regional. Por exemplo: você vai fazer um livro de Ciências e traz um encarte para a região Norte, com sugestões de projetos mais contextualizados para essa realidade. Não sei se isso é possível, nunca testei, mas acredito nisso. Os editores têm que começar a inventar, ir atrás do que existe lá fora. Recentemente estive no Brasil a americana Joanne Weiss [que também veio à sede da Abrelivros para falar sobre a experiência americana], consultora da Weiss Associates. Ela trouxe dicas para esse nosso momento: pesquisar, fazer uma biblioteca com temas relacionados à BNCC e que estão disponíveis no mundo. A França tem muita coisa interessante, existem também duas ou três instituições nos Estados Unidos que trabalham com o *Project-Based Learning*. Nem que seja para enriquecimento das pessoas que lidam com educação, vale a pena pesquisar.

Espaço dos Associados

✓ Editora Positivo lança guia de crises para escolas

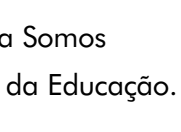
A Editora Positivo lançou o guia *Virei Notícia*. E agora? – Como agir em momentos de crise.

O material é destinado às escolas conveniadas ao Sistema Positivo de Ensino e traz estratégias para gerir as mais diversas formas de crises, visando reduzir o impacto negativo que leva à perda de confiança na relação entre a escola e seus públicos. O guia foi planejado a partir da experiência de 45 anos do Grupo Positivo na gestão de instituições de ensino. Atualmente, mais de 2 milhões de alunos utilizam os sistemas de ensino e materiais didáticos da Editora Positivo.



✓ Somos Educação participou do 360 Tecnologia

O evento realizado pelo jornal O Globo mostrou os avanços tecnológicos que revolucionaram vários setores da sociedade, mas no âmbito do ensino, essa mudança não tem acompanhado o ritmo veloz observado nas outras áreas do conhecimento. Durante um dia inteiro, especialistas, educadores, pesquisadores e estudantes debateram-se sobre essa questão no *Educação 360* Tecnologia, realizado no Museu de Arte e Cultura e Extra, com patrocínio de Petrobras, Fundação Telefônica Vivo e Somos Educação/Colégio pH. Durante o encontro, Alex Pinheiro, sócio e diretor digital da Somos Educação/pH valorizou a importância do diálogo entre a iniciativa privada e pública no campo da Educação.



Notícias

● A Base quer a tecnologia na sua disciplina. E agora?

Documento encara o assunto como uma competência que deve atravessar todo o currículo de uma escola. Saiba como isso pode influenciar as suas aulas. [Nova Escola](#)

● 3ª Audiência Pública: Florianópolis

Na audiência da Região Sul, professores e integrantes de associações trouxeram contribuições relevantes para a qualidade do documento. [Movimento pela Base 11/8](#)

Agenda

2ª Conferência Mapa Educação | 25 e 26 de agosto

O evento reúne jovens engajados, especialistas e influenciadores para discutir problemas e soluções para a educação no Brasil e será realizado em São Paulo. O encontro terá na programação palestras, debates e *workshops* voltados para formar estudantes para se tornarem ativas em políticas públicas educacionais. Entre os especialistas confirmados para a programação de pedagogia e consultora Cleuza Repulho, a diretora da Fundação SM, Pilar Lacerda, a chef Paola Carosella e a diretora do Inspirare, Anna Penido. Durante a conferência, serão elaborados posicionamentos e planos de ação que reflitam a visão de estudantes sobre pautas como a Base Nacional Comum e a reforma do Ensino Médio, que posteriormente serão encaminhados aos órgãos responsáveis do governo. As inscrições de jovens de 15 a 30 anos e de professores já foram encerradas. Acompanhe o evento da conferência no Facebook: [2ª Conferência Mapa Educação](#)

Ciclo Educar Hoje: Educação Integral e Cidades Educadoras | 22 de agosto a 20 de setembro

O Sesc São Paulo realiza pela segunda vez o evento que promove diferentes rodas de conversa em dez unidades da capital, interior e litoral paulista. A atividade integra a programação comemorativa dos 30 anos do Sistema Curumim, programa de educação não formal que acontece desde 1987 nas unidades do Sesc, e já atendeu mais de 500 mil crianças de 7 a 12 anos em diversos tipos de atividades artísticas, ambientais, socioeducativas e esportivas em diferentes linguagens e espaços, valorizando o desenvolvimento da autonomia, da livre expressão e da cidadania. O ciclo ocorrerá nas seguintes unidades do Sesc São Paulo: Campinas, São Caetano, Bom Retiro, Taubaté, Registro, Itaquera, Ribeirão Preto, Centro de Pesquisa e Formação (CPF), Santos e Jundiaí. Classificação indicativa: Livre. [Programação completa](#)

Dica

Nesse mundo totalmente tomado por jargões tecnológicos, muitas vezes ficamos sem saber o significado de muitas palavras. Agora está mais fácil resolver esse problema. Com definições acessíveis para termos da tecnologia, o site [Sideways](#) traz um dicionário, em inglês, com analogias para entender expressões que agora fazem parte do nosso dia a dia.